

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 99.118 - MG (2018/0138744-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ADRIANO ALAERTE DA SILVA (PRESO)
RECORRENTE : PATRICIA MIRANDA CÂNDIDO (PRESO)
ADVOGADO : LUIS OCTAVIO CAMBRAIA RODRIGUES DA COSTA E
OUTRO(S) - MG107279
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ADRIANO ALAERTE DA SILVA e PATRICIA MIRANDA CÂNDIDO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Os autos dão conta de que os recorrentes foram presos em flagrante delito no dia 1º/9/2017 (e-STJ fls. 11/16) e denunciados pela suposta prática das condutas descritas nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 120/126).

A prisão em flagrante dos recorrentes foi convertida em prisão preventiva (e-STJ fls. 31/32).

Alegando excesso de prazo na formação da culpa, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão de e-STJ fls. 159/165.

Nas razões o presente recurso, a defesa reafirma o excesso de prazo para a formação da culpa, apontando, ainda, a falta de fundamentação idônea para a decretação/manutenção da segregação cautelar e a possibilidade de aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão.

Afirma que "*os acusados encontram-se presos disposição deste ilustrado Juízo, desde o dia 01 do mês de setembro de 2017 e, nesta data, já se vão completando mais de 250 dias em que são mantidos presos, sem que a instrução criminal tenha tido seu curso normal, ou melhor, sequer foram citados para a apresentação da defesa, não se sabendo quanto tempo ainda levará para o início da ação penal*" (e-STJ fl. 171).

Alega que "*a decisão impugnada se deu sem lastro concreto, pois a*

construção cautelar tem que obedecer ao binômio necessidade/adequação, existindo assim uma gradação das medidas cautelares, e por último a prisão preventiva. Há que se levar em consideração as peculiaridades do caso, a necessidade e suficiência da medida, e, ainda, a possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. E repita-se, é importante destacar que, não basta a interpretação isolada do artigo 310 do Código de Processo Penal, para validar a ilegalidade da decisão recorrida, isso porque o ordenamento jurídico é um todo sistematizado" (e-STJ fl. 177).

Sustenta que "a prisão somente poderá ser decretada em casos especiais e necessários para garantia da ordem pública ou econômica (art. 86 da Lei nº 8.884, de 11.06.94), segurança da produção das provas urgente ou da aplicação da lei penal (CPP, art. 312), não se a justificando também para conveniência da instrução criminal, salvo se o acusado estiver agindo de forma a colocar em risco a colheita de provas pela destruição intencional de vestígios, ocultação de objetos e produtos do crime, ameaçando ou pressionando, de qualquer forma, testemunhas e vítimas. Ora, decreto prisional sem qualquer justificativa quanto à urgência e necessidade da prisão não satisfaz, por óbvio, a exigência constitucional de motivação das decisões judiciais, pois o direito penal não admite suposição. A decisão que decreta a prisão preventiva não admite fundamentação meramente hipotética, tem que se assentar em fatos concretos, que, demonstrem a urgência e a necessidade da segregação, o que não é o caso dos autos" (e-STJ fls. 177/178).

Por isso, requer a concessão de liminar aos recorrentes para que aguardem o julgamento da presente irresignação em liberdade e, no mérito, o provimento do recurso para que os acusados permaneçam livres até o efetivo trânsito em julgado de eventual sentença penal condenatória (e-STJ fls. 169/180).

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 192/197).

Informações prestadas (e-STJ fls. 201/202, 206/252 e 254/256).

Parecer ministerial pelo não conhecimento do recurso (e-STJ fls. 258/262).

Informações atualizadas prestadas às e-STJ fls. 272/334.

É, em síntese, o relatório.

Verifica-se, por meio das informações prestadas pelo magistrado de piso, à e-STJ fl. 277, que o presente recurso perdeu seu objeto, pois, em 27/11/2018, quando da realização da audiência de instrução, foi reconhecido o excesso de prazo na formação da culpa e, conseqüentemente, revogada a prisão preventiva do ora recorrente ADRIANO ALAERTE DA SILVA, determinando-se a imediata expedição do alvará de soltura. O magistrado ressaltou ainda que a recorrente PATRÍCIA já se encontrava em liberdade em decorrência de decisão proferida pelas instâncias superiores.

Dessarte, está patente que o presente recurso está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, XI, do Regimento Interno desta Corte, **julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator